



Ações afirmativas e discursos conectados: público emergente e pautas insurgentes*

Affirmative action and connected discourses: emerging audiences and insurgent agendas

Ana Carolina Costa dos Anjos¹
Dulcilei da Conceição Lima²

Resumo: Neste texto, discutimos, no contexto das políticas de ações afirmativas, a agência criativa de atoras negras que atravessaram instituições de ensino superior e articulam discursos nas plataformas digitais e em outros espaços. Como objetivo central, buscamos compreender como essas intelectuais utilizam as redes sociais online para pautar o debate público, produzir conhecimento, reconfigurar espaços de atuação, construir/remodelar formas de ativismo e empreenderem a si mesmas. Para tanto, ancoramos o debate na sociologia das relações étnico-raciais, na sociologia digital e tecemos considerações sobre as teorias das ações coletivas e as novas formas de ativismos, interseccionando raça e gênero. Por fim, apontamos que os discursos conectados trazem pautas e formas de agência insurgentes.

Palavras-chave: Ações Afirmativas. Discursos conectados. Mulheres Negras.

Abstract: In this text, we discuss, in the context of affirmative action policies, the creative agency of black women actors who have crossed higher education institutions and articulate discourses on digital platforms and in other spaces. As a central objective, we seek to understand how these intellectuals use online social networks to shape public debate, produce knowledge, reconfigure spaces of action, build/remodel forms of activism and undertake themselves. To this end, we anchor the debate in the sociology of ethnic-racial relations, digital sociology and we consider theories of collective action and new forms of activism, intersecting race and gender. Finally, we point out that connected discourses bring insurgent agendas and forms of agency.

Keywords: Affirmative action. Connected discourses. Black women.

¹ Doutora em Sociologia pela UFSCar; Professora Visitante no IFMG/Betim; Membro dos grupos Grupo de Pesquisa: Educação para Relações Étnico-Raciais: ensino de Filosofia e Sociologia e Caleidoscópio das Ações Afirmativas. E-mail: carolcdosanjos@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2047-592X>.

² Doutora em Sociologia pela UFABC; Pós doutoranda em Antropologia na USP. Pesquisadora em Ciências Sociais e Humanas no Centro de Pesquisa e Formação CPF-SESC (SP). Grupo de Pesquisa Caleidoscópio das ações afirmativas. E-mail: dulcilima78@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5136-3341>.

* Artigo recebido em 29 de outubro de 2024. Aceito para publicação em 11 de dezembro de 2024.

Introdução

Os processos de produção da ciência são informados pelo momento social no qual se encontra quem a desenvolve e pelo acúmulo histórico de modelos teóricos precedentes (Weber, 1997). Dessa forma, partimos do contexto de 20 anos de políticas de ações afirmativas para a população negra e indígena no país. (Brasil, 2003a, 2010, 2012, 2014), dos tensionamentos e reconfigurações da cultura universitária (Passos, 2015), das estéticas políticas e dos léxicos das gramáticas das relações étnico-raciais brasileira na contemporaneidade e da plataformização da sociedade (Dijk; Poell; Wall, 2018) para realizar a ‘montagem’ desta pesquisa.

Essa ‘montagem’ conta também com o encontro das autoras e de nossas pesquisas de doutorado em Sociologia. Isto porque estudamos as agências de pessoas negras e os usos que esses(as) sujeitos(as/es) fazem da internet. Nossos caminhos se cruzaram no I Seminário Caleidoscópio das Ações Afirmativas, que aconteceu no SESC-SP, em 2023, onde percebemos que havia associações, contrastes, combinações, mas, sobretudo, muito a ser dialogado acerca de nossos fazeres intelectuais.

Assim, dentre as diversas embocaduras para refletir sobre as políticas de ações afirmativas, elegemos as reverberações desse público emergente e suas agências no contínuo online/offline. Buscamos apresentar e analisar os: a) processos de formação de quadro de intelectuais negros(as/es) que acontece concomitante à b) plataformização da sociedade, e ao c) estágio do capitalismo, bem como às d) ressignificações de léxicos e da gramática de movimentos sociais tradicionais e da produção científica na ‘esfera pública técnico mediatizada’ (Miskolci, 2021), e, por fim, e) as políticas de tradução e o reposicionamento de alguns autores(as). Nossa escrita busca articular essas questões com o intento de compreender esses discursos negros conectados. Assim, iniciamos com a formação de intelectuais negros(as/es).

Formação de quadros de intelectuais negras(os/es)

Os discursos negros conectados são (in)formados por um contexto complexo (Anjos, 2021, Lima, 2020) e, neste tópico, nos propomos a abordar parte dos elementos que o compõe: a formação de um novo quadro de intelectuais negros(as/es) que entram no Ensino Superior em um momento de políticas de ações afirmativas. Nesse cenário, há um adensamento das discussões sobre as relações étnico-raciais, o curso de uma agenda política com marcos legais e normativos, uma práxis crítica de movimentos sociais negros e seus deslocamentos para outros formatos organizativos/associativistas: os coletivos negros universitários (Guimarães; Rios; Sotero, 2020; Trindade, 2021), bem como a produção de sentido sobre tudo isso em narrativas mediatizadas. Para refletir sobre esses processos, passamos por alguns marcos legais e suas implementações, e também apontamos esse devir enegrecido.

Escolhemos iniciar com as ações sociais, políticas e econômicas que aconteceram na América Latina e que culminaram, nos anos 1990, na concepção de que as sociedades e as nações são pluriétnicas e multiculturais (Guimarães, 2006). Nessa conjuntura, no Brasil, a pauta racial passa a ser discutida como um ponto importante para restauração de governos democráticos e os movimentos sociais negros são centrais nesse debate. Afinal, promoveram releituras e ressignificações sobre a raça e trouxeram ‘novos repertórios de ação coletiva’ (Tilly *apud* Alonso, 2012)³, tais como as pautas que informam a “Marcha Nacional de Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida”, em 1995, cujo um dos resultados foi a elaboração do “Programa para Superar o Racismo e a Desigualdade Étnico-Racial”. Esse programa destacou a necessidade e a urgência de ações afirmativas nas áreas de educação e emprego voltadas à população negra e foi entregue ao presidente da época, Fernando Henrique Cardoso.

Na primeira década dos anos 2000, também aconteceu a “III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância”, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 2001, em Durban, África do Sul. Nessa conferência, o Brasil reconhece que há racismo no país e se compromete a enfrentá-lo via políticas de ações afirmativas. Esse reconhecimento e comprometimento internacional é muito importante, pois faz frente a uma ampla disseminação de que vivíamos em uma democracia racial, um mito já ‘desbaratinado’ cientificamente, mas que ‘volta e meia’ retornam ao debate público como uma ‘verdade’.

Uma ação de política afirmativa importante e que apontamos como contexto para os discursos negros conectados é a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Africana e Afro-brasileira, instituída pela Lei 10.639 (Brasil, 2003a). Mas, como sabemos os processos de implementação da referida lei ainda enfrenta desafios como desinteresse, desconhecimento e posicionamentos políticos conflitivos por parte de gestores(as) e professores(as) (Gomes; Jesus, 2013). Ainda na primeira metade dos anos 2000, tem-se também a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) (Brasil, 2003b). E o movimento de algumas universidades públicas, como a Uneb (2002), UERJ e UENF (2002), que adotaram as ações afirmativas com sistema de reserva de vagas (cotas) para pessoas negras por meio de lei estadual. Além disso, a UnB (2003) e a Ufal (2003), dentro das dinâmicas de seus conselhos superiores, implementaram as cotas com recorte social e racial nos cursos de graduação. Vale destacar que, a Uneb já estendeu a reserva de vagas para a pós-graduação.

³ Em sua obra Tilly não está discutindo os movimentos negros, mas sua embocadura teórica envereda para apreender as performances de ação e o foco se volta para agência dos sujeitos e passa a trazer a cultura para o debate.

Nesse contexto, diversos atores sociais passam a disputar a produção de sentido sobre a institucionalização das cotas para entrada de pessoas negras no ensino superior público. De modo que, após muitos diálogos e enfrentamentos, em 2012, o STF declarou que o sistema de cotas é constitucional⁴. Além disso, no mesmo ato, o STF apresentou formalmente à população brasileira que pessoas negras sofrem racismo e que o enfrentamento dessa violência, bem como dos processos de desigualdade social inerentes ao pertencimento racial, deve ser contemplado por um conjunto de métodos, como, por exemplo, a execução de políticas públicas específicas para a população negra. Então, ainda em 2012, foi aprovada a Lei 12.711 (Brasil, 2012), conhecida como Lei de cotas (atualizada pela Lei 14.723, em 2023). Além disso, em 2014, tivemos a aprovação da Lei 12.290 (Brasil, 2014) que assegura a reserva de 20% das vagas para pessoas negras em concursos e serviços públicos.

Soma-se aos processos de construção de políticas de ações afirmativas que, em 2010, foi instituído o Estatuto da Igualdade Racial pela Lei 12.288 (Brasil, 2010). O Estatuto é um dos principais instrumentos para garantir a igualdade de oportunidades, defender os direitos étnico-raciais e combater a discriminação, o preconceito e a intolerância racial.

Todos esses dispositivos legais e normativos desafiam diretamente o racismo arraigado no imaginário social e no sistema educacional brasileiro em todos os níveis (Gomes, 2012) e subsidiaram a construção de uma nova gramática para as relações étnico-raciais, que ainda está em disputa.

Uma vez descrito o contexto das ações afirmativas é crucial entender como essas políticas se desdobraram na prática. Assim sendo, para ampliar o diálogo, trazemos a perspectiva de Andréa Lopes Costa (2022) sobre as gerações de intelectuais negros(as/es) que se formaram no ensino superior. A socióloga, propõe uma periodização em três gerações, sendo a primeira denominada de ‘Experiências Excepcionais e a Falácia da ‘Democracia Racial’ (1950-1970)’, a segunda: ‘Trajetórias Individuais e a Falácia da ‘Meritocracia’ (1980-2000)’ e a terceira a geração em formação: ‘Práticas Compartilhadas e a Produção de Novas Narrativas (2000-até hoje)’. Os recortes geracionais propostos pela autora são baseados nos discursos raciais que (in)formavam a experiência e a trajetória desses(as) intelectuais negros(as/es) como um produto de seu momento sócio-histórico (Costa, 2022).

A primeira geração, para a autora, coincide com a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil e com a realização de pesquisas com análises culturalistas sobre as relações raciais brasileiras, enquanto a fase subsequente (segunda geração,

⁴ O julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a constitucionalidade das cotas raciais nas universidades brasileiras ocorreu em um contexto de intensos debates sociais e jurídicos. Esse julgamento foi pautado em uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) proposta pelo Democratas (DEM), em 2012, questionando a legalidade de leis estaduais que estabeleciam sistemas de cotas nas universidades públicas, especialmente a lei da Universidade de Brasília (UnB) que instituiu o sistema de cotas raciais.

1980-2000) destacam-se as produções sobre as estruturas das desigualdades raciais e houve o início das discussões sobre as ações afirmativas e abordagens políticas sobre as questões raciais, ao passo que a terceira geração atravessa a implementação de políticas de ação afirmativa no Ensino Superior a partir dos anos 2000.

No contexto da terceira geração, há um reposicionamento de autores da primeira geração, bem como questionamentos acerca do cânone da Sociologia, a partir da releitura que essa nova geração de intelectuais negros(as/es) faz dos(as) mesmos(as). Andrea Costa (2022) aponta que com a “[...] entrada de novos sujeitos no campo acadêmico tem impacto direto sobre o volume de uma produção intelectual que reflete a diversidade da realidade social.” (Costa, 2022, p. 9). E acrescenta que a terceira geração de intelectuais negros adentra à universidade com um “[...] contato prévio com discussões sobre raça e racismo “[...] um ambiente na qual reivindicações, denúncias e demandas raciais já haviam sido apresentadas ao debate público pelas atuações dos movimentos e intelectuais negros dos períodos anteriores.” (Costa, 2022, p. 9-10).

Esse contato prévio com as discussões sobre raça e racismo, apontado pela socióloga, bem como o ambiente de denúncias e demandas raciais que pautaram o debate público, são um legado da ação direta de intelectuais e agentes dos movimentos sociais, principalmente dos movimentos sociais negros, que participaram da construção dos marcos legais e normativos mencionados acima (Brasil, 2003a, 2003b, 2010, 2012, 2014) e da disputa de narrativa sobre o que é ser negro(a/e) no Brasil. Desse modo, podemos inferir que houve maior possibilidade de construção de letramento racial crítico (Ferreira, 2008) para esses(as) sujeitos(as/es) que adentram, em maior número e concomitantemente, ao ensino superior e formaram o que Costa (2022) classifica como terceira geração. Essa geração traz consigo a experiência coletiva e outras perspectivas político-ideológicas.

Essas outras perspectivas político-ideológicas promovem deslocamentos e possuem algumas expressões, dentre elas as formas de organização coletiva que é distinta das anteriores. Isto é, embora operem no mesmo ‘campo discursivo’, há divergências sobre as formas de ação, táticas e estratégias. Para Ratts (2011), os(as) intelectuais negros(as) que se formaram no que Costa (2022) coloca como primeira e segunda geração (1950-1970 e 1980-2000), constituiu o que o antropólogo chamou de um ‘movimento negro de base acadêmica’ e as formas de associativismo intelectual negro eram os Núcleos de Estudos Afrobrasileiros (Neabs) e/ou os movimentos sociais negros. Já a geração que entra no ensino superior após os anos 2000 se organiza, majoritariamente, em coletivos negros universitários e/ou outras organizações que interseccionam as pautas de raça com outros marcadores sociais.

Essa ‘nova’ forma de organização e associativismo – os coletivos negros universitários –, para Luana Trindade (2021, p. 95), é atravessado por clivagens identitárias e possuem dimensões de agência política que busca “[...] pensar estra-

tégias e ações de combate ao racismo e direitos, principalmente de acesso e permanência nas universidades, [...], mas também de pensar o processo político de (re) construção da identidade.”

Além disso, os coletivos – termo que ascendeu, no Brasil, após as Jornadas de Junho de 2013 – têm como característica uma “ideologia organizacional mais horizontal”, traz pautas que interseccionam raça, gênero, orientação sexual, classe etc., novos métodos de ação, intensos usos das plataformas digitais e membros(as/es) que se identificam como ativistas. Autores(as) como Richard Day (2005) e Maria da Glória Gohn (2017, 2022) apontam que os ativismos contemporâneos podem ser caracterizados como movimentos marcados pela horizontalidade, informalidade, espontaneidade, pelo apartidarismo, federalismo, norteados pela descolonização, pela busca de alternativas de organização e pelo intenso uso das TICs em suas ações, especialmente as redes sociais digitais. Seriam ainda, conforme Day (2005, p. 8-9), orientados por afinidades, ou seja, por “[...] relações não universalizantes, não hierárquicas, não coercitivas, baseadas em ajuda mútua e compromissos éticos compartilhados.” (tradução nossa)⁵.

Maria da Glória Gohn (2022) define o perfil dos sujeitos que compõem esses coletivos como jovens de até 30 anos, que se envolvem com pautas feministas, antirracistas, de direitos da população LGBTQIA+, de defesa das questões ambientais e da qualidade de vida, bem como da preservação da memória de territórios, posicionando-se como apartidários.

Em uma esteira argumentativa paralela, Ilse Scherer-Warren (2006) atribui às organizações sociais mais recentes uma mescla de três formas de atuação: produção de conhecimento, ativismo e prestação de serviços. Essas três formas são reconhecíveis no modo como pessoas negras ativistas operam nas redes sociais on-line (Lima, 2020).

Dito isso, temos que os coletivos negros universitários cabem nas molduras que teóricas(os) das ações coletivas e dos movimentos sociais vêm discutindo sobre as mudanças contemporâneas nas formas de organização, táticas e metodologias. Ademais, as pessoas que compõem os coletivos negros universitários mobilizam a gramática dos movimentos sociais negros tradicionais, acrescentam discussões sobre os feminismos negros e mulheridades, mas o fazem com deslocamentos e ressignificações construindo outros léxicos, os quais são informados por outros fatores, como da plataformização da sociedade. Os coletivos negros universitários, para Antônio Sergio Guimarães, Flávia Rios e Edilza Sotero (2020), são formas de ‘aglutinação’ de estudantes que, em sua maioria, adentraram ao ensino superior pela política de cotas. Também são espaços afrodiaspóricos de acolhimento,

⁵ Texto original: “[...] non-universalising, non-hierarchical, non-coercive relationships based on mutual aid and shared ethical commitments” (Day, 2005, p. 8-9).

de experienciar as identidades negras e de promover ações que estabeleçam um “[...] conflito simbólico, que paute o reconhecimento dos temas, das experiências e das sensibilidades dos novos segmentos estudantis de origem periférica e negra. A disrupção simbólica começa por nomear a dimensão racial.” (Guimarães; Rios; Sotero, 2020, p. 315).

Esse nomear da dimensão racial, ocupando semântica, política, epistêmica e esteticamente espaços onde antes havia vazios, diz muito sobre o que Andréa nos traz a respeito dessa terceira geração de intelectuais negros(as/es), que têm contato prévio com as discussões sobre racismo e raça e cujas reivindicações, denúncias e demandas já estão presentes no debate público (Costa, 2022). Vale acrescentar ainda que – aproximando da questão normativa –, estamos há 20 anos da criação da Lei 10.639 (Brasil, 2003a) que, embora encontre entraves para sua implementação, trouxe mudanças de práticas, descolonização de currículos na educação básica, mudanças de representação, questionamentos acerca dos lugares de poder e indagações sobre “[...] a relação entre direitos e privilégios arraigada em nossa cultura política e educacional, em nossas escolas e na própria universidade.” (Gomes, 2012, p. 100).

Essas mudanças em curso tecem novas pedagogias que partem das cadeiras para as lousas, tensionam a cultura acadêmica (Passos, 2015), disputam narrativas, trazem pautas raciais interseccionadas com outros marcadores sociais e o fazem com muitos *likes*. Afinal, a trajetória dessa terceira geração é informada pelos processos de plataformação da sociedade (Dijck; Poell; Wall, 2018) e pela construção de uma ‘esfera pública técnico-mediatizada’ (Miskolci, 2021), tema que abordamos no próximo subtítulo.

Discursos Conectados

Como apontamos, concomitante à formação da ‘terceira geração de intelectuais negros(as/es)’ (Costa, 2022), há uma nova gramática de ação sendo construída, que integra os processos de plataformação da sociedade (Dijck; Poell; Wall, 2018) e de mediação profunda (Couldry; Hepp, 2017); a construção da esfera pública técnico-mediatizada (Miskolci, 2021); o estágio atual do capitalismo e seus impactos na subjetividade (Dardot; Laval, 2016; Rose, 2011); as ressignificações e reelaborações feitas por pessoas negras que estão atravessando o ensino superior e/ou que se formaram no contexto das ações afirmativas, bem como as formas de disputa de narrativas nas plataformas digitais (Anjos, 2021; Lima, 2020). O exercício da escrita sobre esses elementos se dá de forma panorâmica a fim de apresentar o campo de plausibilidade para esses discursos conectados.

Dito isso, para pensar a conexão desses discursos é preciso entender o processo em curso que é a plataformação da sociedade, uma expressão que apresenta

a indissociação entre as plataformas digitais e as estruturas sociais. Ou seja, para Dijck, Poell e Wall (2018), os setores sociais da sociedade contemporânea (transporte e mobilidade urbana, educação, saúde, meios de comunicação e informação etc.) passam a depender cada vez mais de infraestruturas e arquiteturas digitais de grandes empresas de plataforma, tais como: Amazon, Apple, Google, Meta e Microsoft (as *big five*). Nesse processo, há uma ‘construção mediada da realidade’ (Couldry; Hepp, 2017) que é profundamente midiaticizada. Trata-se de uma relação que não determina, mas, em termos marxistas, condiciona, uma vez que é relacional (McQuire, 2011; Williams, 2016).

Esse contexto é discutido por Richard Miskolci (2021) como sendo uma “esfera pública técnico-mediaticizada”. O sociólogo parte da perspectiva habermasiana da esfera pública, retoma os modos de manipulação que passaram a ocorrer com a ascensão dos meios de comunicação de massa e, então, propõe que, com o surgimento das plataformas digitais, mais especificamente das redes sociais online, houve um aprofundamento da manipulação política no debate público. Embora as plataformas digitais não sejam as únicas responsáveis por esse fenômeno, houve uma reconfiguração da comunicação que se “[...] tornam mais visíveis e amplificam contradições sociais e políticas preexistentes.” (Miskolci, 2021, p. 30). Richard afirma que dentro da esfera pública técnico-midiaticizada existe uma amplificação da ideologia neoliberal. Isso inclui o individualismo, o empreendedorismo de si e a recusa de mediadores sociais tradicionais (intelectuais e jornalistas). Além disso, existe uma opinião pública conectada que anseia por soluções rápidas, diretas e simplistas e tudo isso com uma poética que simula a cultura das celebridades (Miskolci, 2021).

O empreendedorismo de si⁶ a partir das identidades negras (Anjos, 2021) e mais apelos a questões individuais do que às pautas coletivas (Lima, 2020) apareceram no campo das pesquisas de doutorado das autoras deste artigo. Outro aspecto flagrante é a confusão nos usos e significados atribuídos aos termos ‘representação’, ‘representatividade’ midiática, acreditamos que muito se deve ao fato das crises nos ‘regimes de representação’ (Hall, 2016) e do momento sociotecnológico e político em que a cultura das celebridades é simulada nos processos de interação plataformizada.

Esses pontos aparecem nos discursos negros conectados da terceira geração de intelectuais negros(as/es) que se forma no momento de ações afirmativas/cotas raciais, se organiza/associa em coletivos, constrói novos léxicos (desloca ou-

⁶ Por empreendedorismo de si, entendemos as práticas de autogoverno de sujeitos orientados por “[...] selfs dotados de autonomia, possibilidade de escolha e autorresponsabilidade, equipados com aspirações psicológicas à autossatisfação, real ou potencialmente dirigindo suas vidas como uma espécie de empreendimento de si.” (Rose, 2011, p. 55). Em uma perspectiva paralela, Dardot e Laval (2016) apontam que, na contemporaneidade existe um modelo egocentrado do neossujeito empreendedor de si que operacionaliza sobre si a consolidação de discursos empresariais nas esferas sociais da vida. Ora, com uma racionalidade empreendedora, sujeitos buscam aprimorar-se desde as questões relativas ao mundo do trabalho até os laços íntimos de sexo e amor.

tros) e também consome um conjunto de obras que vem pautando mudanças nas políticas de tradução, assunto que será tratado no próximo subtítulo.

Políticas de tradução e intelectuais negros(as/es) da terceira geração

O uso sistemático e intensivo das plataformas digitais, combinado com a ampliação da população negra no ensino superior, gerou um cenário no qual grupos socialmente vulneráveis tiveram a oportunidade de intervir positivamente em debates que lhes eram pertinentes, mas em que até então pouco participavam como sujeitos propositivos. É dessa forma que a internet e suas ferramentas adquirem centralidade nas ações desses grupos, pois se tornaram um meio acessível para que negros(as/es) atuassem na reivindicação do protagonismo de suas próprias histórias.

Um grupo que utilizou de forma eficiente as ferramentas digitais foi o de mulheres negras, a despeito do crescente discurso de ódio nas redes digitais que as mantém como um dos principais alvos. Elas se apropriaram do espaço digital e marcam presença importante em uma série de debates sobre questões raciais, de gênero e sexualidade que circulam na internet. Céres Marisa Santos (2018) descreve essa atuação como

[...] onde se observam marcadas distâncias sócio-econômicas e educacionais, as mulheres negras têm recorrido a esta ferramenta, internet, para expandir seus discursos e criar redes sociais, de maneira que se tem incluído em um contexto também adverso, e não obstante necessário. As mulheres negras vivem em um mundo real em que seus discursos são refutados pelos grandes meios de comunicação, e paralelamente em um mundo digital em que, ao mesmo tempo que se reproduzem valores de exclusão e estereótipos, se facilita às mulheres negras um alcance discursivo incalculável (Santos, 2018, p. 125, tradução nossa)⁷.

Seguindo uma linha de raciocínio semelhante, temos Steele (2016), que, ao analisar blogs escritos por mulheres negras, afirma que grupos excluídos do discurso público sempre buscaram meios alternativos para se envolverem na sociedade democrática. Dessa forma, as novas mídias *online* se tornaram um importante espaço de atuação para tais grupos. A autora defende a necessidade de pesquisas que aprofundem as análises sobre o uso político que grupos minoritários, uma vez que é notável o modo como pessoas negras, indígenas, transgêneros vêm usando

⁷ Texto original: Sin embargo, aun dentro de este contexto donde se observan marcadas distancias socioeconómicas y educativas, las mujeres negras han recurrido a esta herramienta, internet, para expandir sus discursos y crear redes sociales, de manera que se han incluido en un contexto también adverso, y no obstante necesario. Las mujeres negras viven en un mundo real en el que sus discursos son refutados por los grandes medios, y paralelamente en un mundo digital en el que, al mismo tiempo que se reproducen valores de exclusión y estereotipos, se facilita a las mujeres negras un alcance discursivo incalculable. (Santos, 2018, p. 125).

ferramentas da internet como meio para contestar o “[...] cenário político, organizações e instituições sociais” (p. 74) rejeitando, dessa forma, “[...] as rotulações negativas e as representações opressivas” (Steele, 2016, p. 79).

Tendo por base autoras como Audre Lorde e Alice Walker, Steele (2016) defende que a produção escrita das mulheres negras em plataformas online seja considerada “[...] parte do legado histórico das escritoras negras marginalizadas” por considerá-las como “[...] agente de inovação em novo contexto de mídia” ao se disporem a discutir “[...] sistemas e estruturas das quais são excluídas ou exploradas.” (Steele, 2016, p. 90).

É importante destacar a complexidade dessas ações, pois, por um lado: a) há empreendedorismo de si (mesmo que pela e a partir das identidades negras) e b) mais proximidade à pautas individuais do que coletivas, imersas nas lógicas da economia da atenção tácitas das plataformas digitais. Por outro, estamos apontando que: 1) mulheres negras encontram e/ou provocam fissuras, 2) fazem o que Silvério (2022) denomina de ‘agência criativa negra’ e também, como apontam nossas pesquisas de doutorado, 3) há possibilidades de ‘falar de si, por si e para semelhantes’ (Anjos, 2021; Lima, 2020), operando saídas da ‘zona do não ser’ (Fanon, 2008) e construindo novos regimes de representação (Hall, 2016).

Dentre as ações desenvolvidas por pessoas negras na internet, a pesquisa de Lima (2020) identificou a produção e difusão de conhecimento como uma das principais características do feminismo negro que opera nas plataformas digitais. Textos de feministas negras africanas, estadunidenses, latinas e mesmo referências brasileiras cujos acessos eram dificultados pela língua estrangeira, linguagem acadêmica hermética ou mesmo falta de recursos materiais, se tornaram acessíveis por meio das ações de difusão empenhadas por mulheres negras que primeiramente chegaram a esse material, a maioria pela via acadêmica, e compartilharam esse conhecimento distribuindo arquivos em pdf, livros digitalizados, traduzindo textos em língua estrangeira, indicando leituras, produzindo resenhas, textos ou vídeos destrinchando conceitos complexos.

O trabalho de produção e difusão de conhecimentos têm sido também muito frequente entre um segmento do feminismo negro nas redes digitais associado ao mercado. A difusão desses tipos de conteúdos, conforme aparece na pesquisa de Lima (2020), atrai seu público pelo que está em pauta, mas também pelo formato. Entretanto, devido ao fato desses discursos estarem ancorados nas plataformas digitais e ligados às lógicas de mercado, a audiência construída em torno deles é aproveitada para promoção de produtos, tendências, marcas etc. Há também a construção e propagação de um estilo de vida de mulheres negras urbanas para as quais são indicados outros serviços (moda/beleza) e possibilidades de consumo (Lima, 2020).

Diante do exposto e buscando apontar as contradições que tornam o processo ainda mais complexo, pensamos que nesses processos estão sendo construídas esferas públicas técnico-midiatizadas ampliadas. Isto é, emprestamos de Richard Miskolci (2021), a expressão esfera pública técnico-midiatizada e acrescentamos a questão racial, mais especificamente a ‘agência criativa negra’ (Silvério, 2022) de mulheres negras urbanas que utilizam as plataformas digitais para promover e difundir conhecimentos, mas o fazem com uma estética política que mescla deslocamentos da gramática e léxicos dos movimentos sociais tradicionais e do que está na academia, entendendo que disputam na ‘economia da atenção’ (Goldhaber, 1997) e também promovem/vendem produtos, marcas e/ou estilos de vida.

Assim, nos questionamos se as ações da esfera pública técnico-midiatizada ampliada fazem, de alguma forma, frente às cidadanias mutiladas (Santos, 1997)? Operam de maneira progressista para ampliar os acessos de pessoas negras à cidadania, à valorização da vida de negras (os/es) e do bem-viver? Perguntas que nos angustiam, criam agendas de pesquisa e de agência social, mas cujas respostas ainda não encontramos.

Destacamos ainda que, embora sem respostas, movidas pelas perguntas e pelo que temos encontrado nos diálogos de nossas pesquisas, algo é curiosamente óbvio: o papel de influenciadoras digitais negras. Na pesquisa de Lima (2020), essas atoras sociais (influenciadoras) são lidas pelas interlocutoras como importantes para o que classificam como ‘feminismo negro de consumo’. Isto é, há crítica quanto a esse segmento do feminismo negro, mas também acreditam no potencial de circulação das informações, uma vez que criam a possibilidade de ampliar discussões antirracistas e feministas.

Além disso, há também influenciadoras que não estão diretamente ligadas ao mercado e que realizam outros papéis como de difusoras de conhecimento. No caso da pesquisa de Lima (2020), algumas interlocutoras atuam como influenciadoras que ajudam estudantes negros(as/es) universitários(as/es) a preencherem as lacunas em seus processos formativos, sobretudo por desconhecimento de referências bibliográficas de pessoas negras. Dessa maneira, a ação dessas influenciadoras digitais negras se dá como ‘prestação de serviços’ o que corrobora com a perspectiva proposta de Scherer-Warren (2006) que discute essas ações na chave do ativismo contemporâneo.

Essas ações são, para Anjos (2021), agência negra em uma esfera pública técnico-midiatizada ampliada e para Lima (2020) um processo de ativismo do ‘feminismo negro de consumo’ e ativismo de prestação de serviço/difusão de conhecimento. Juntas pensamos que esses discursos também preenchem ausências e fragilidades formativas, posto que a implementação da Lei 10.639 (Brasil, 2003a) encontra entraves e o racismo possui raízes profundas na sociedade brasileira. Ademais, essas agências criativas de mulheres negras nas plataformas digitais tra-

zem ressignificação de determinados conceitos caros à luta antirracista que, nos discursos conectados, aparecem de forma deslocada, ‘reativa demais’ e inflando conflitos. Esse processo se dá tanto por ser ‘mais simples’ reacionar e reafirmar estereótipos do que construir um novo regime de representação (Anjos, 2021), como também pela poética tácita da esfera pública técnico-midiatizada que traz em si protocolos de interação, nos quais discursos lidos algoritmicamente como mais emocionais são entendidos como importantes/significativos (Gillespie, 2010).

A perda ou prejuízo do sentido original de determinados conceitos, se explica também pela simplificação. Conforme Lima (2020), mulheres negras têm desempenhado um papel crucial nesse processo, levando para as plataformas digitais conceitos complexos e traduzindo-os para uma linguagem mais simples, isto como parte do processo de da difusão de conhecimento. Essas mulheres negras levam para as esferas digitais o conhecimento aprendido nas universidades, nas leituras autodidatas ou em grupos de estudo/pesquisa. Essa prática, longe de ser uma simplificação excessiva, garante, de certa forma, acesso a um público mais amplo para que possa se apropriar desses conhecimentos, seguindo o legado de pensadoras como Lélia Gonzalez. Patrícia Hill Collins (2019), por sua vez, afirma que essa estratégia é um dos princípios norteadores do pensamento feminista negro. Temos visto tal estratégia se propagar em páginas como “Funkeiros Cults”, “Chavoso da USP” e “Audino Vilão”. No entanto, as constantes replicações, reinterpretações, disputas e o próprio modelo de funcionamento das plataformas de redes sociais, como já explicitado em páginas anteriores, colabora para as alterações de sentido que temos visto em alguns conceitos como ‘lugar de fala’, ‘empoderamento’, ‘racismo estrutural’ e ‘representatividade’ (apenas para mencionar alguns).

Ainda como parte da estratégia de difusão de conhecimentos temos a prática das traduções solidárias. O maior número de estudantes negros(as/es) nas universidades e a demanda crescente por currículos e saberes mais diversos, provocou uma busca por referências negras e movimentou o mercado editorial. Mathias (2017) argumenta que historicamente sempre houve uma lacuna de produção intelectual negra nas universidades brasileiras. Além da desvalorização da produção nacional – suplantada pela hegemonia do pensamento eurocêntrico – poucas obras internacionais de autoria negra são traduzidas e quando são raramente ganham novas edições. A mudança do perfil discente nos cursos de graduação e pós-graduação, a terceira geração (Costa, 2022); e o conseqüente tensionamento provocado por esses(as) estudantes que ansiavam por uma bibliografia mais alinhada à realidade do maior grupo populacional brasileiro gerou uma demanda reprimida de autores(as) negros(as/es) e teorias de origem africana e do Sul global que a universidade não demonstrou condição de atender (pelo menos não com a celeridade necessária).

Neste sentido, Mathias (2017) atribui aos próprios estudantes negros(as/es) o feito de apresentar aos seus(suas) professores(as) pensadores(as) ‘pouco conhecidos(as)’ mesmo por pesquisadores(as) experientes e a partir disso possibilitar uma renovação nos processos de pesquisa e formas de produzir conhecimento.

Diante da falta de tradução de obras relevantes do pensamento africano e afrodiaspórico, estudantes negros(as/es) com domínio da língua inglesa, francesa, espanhola etc., assumiram a tarefa de traduzir esses textos com o objetivo de ampliar o acesso de outros estudantes negros(as/es) a esse conhecimento. Foi por meio dessas ações de tradução solidária que textos de autoras(es) hoje traduzidos por grandes editoras foram lidos pela primeira vez no Brasil. Além da tradução, esses(as) estudantes também se incumbiram da popularização de autores nacionais e estrangeiros com obras tão relevantes quanto e pouco estudadas no cenário brasileiro. O mercado editorial não ficou indiferente a essa movimentação e investiu, especialmente, na tradução de autores internacionais e reedição de obras nacionais. É dessa forma que temos hoje acesso a autores como Franz Fanon, Patrícia Hill Collins, Angela Davis, Oyèrónkẹ Oyèwùmí, reedições de Clóvis Moura, Lélia Gonzalez, Maria Firmina dos Reis entre outros (Mathias, 2017; Pereira; Pereira, 2021).

As mulheres negras são as principais agentes dessa transformação, conforme as pesquisas de Lima (2020) e Mathias (2017). Ambas as autoras reconhecem que a busca por maior compreensão de seu lugar social e a recusa em acatar formulações preconceituosas consolidadas no ambiente acadêmico, incentivaram as estudantes negras a buscarem referências mais adequadas, de modo que encontraram respostas nos estudos feministas de teóricas negras estadunidenses, mas também em pensadoras africanas e dos estudos decoloniais. Por meio de grupos de estudos articulados em redes sociais foram realizadas e compartilhadas traduções com fins não comerciais, que Mathias (2017) nomeia como traduções sociais, cujo único intuito é disseminar o conhecimento. Tais traduções passaram a ser utilizadas tanto em ambiente acadêmico quanto nos movimentos sociais.

Mathias (2017) admite que falta a essas traduções o conhecimento especializado e o rigor que traduções oficiais exigem, possivelmente é mais um fator que nos ajuda a entender os deslocamentos de sentidos já abordados. No entanto, a autora considera que a tradução social desempenha um papel significativo nos processos de subjetivação e elevação da autoestima da população negra, e ainda se configura como uma estratégia de resistência frente ao racismo epistêmico que tradicionalmente deslegitima saberes não eurocêntricos. Acrescentamos ainda que as traduções sociais confrontam uma lógica do mercado editorial que elege determinados autores em detrimento de tantos outros igualmente relevantes para a experiência dos sujeitos afro diaspóricos.

Considerações Finais

Neste texto, buscamos discutir processos complexos que compõem a ‘agência criativa’ (Silvério, 2022) de mulheres negras que atravessaram o ensino superior no contexto das políticas de ações afirmativas. Essas mulheres adentram à universidade, no que Andrea Costa (2022) classifica como terceira geração de intelectuais negras(os), e são marcadas pela experiência de entrar coletivamente nos espaços acadêmicos, participarem da construção de outras formas de ativismo e de organização para ações coletivas, pautarem debates públicos e a política de tradução (Anjos, 2021; Lima, 2020; Mathias, 2017; Pereira; Pereira, 2021; Scherer-Warren, 2006; Steele, 2016).

Todos esses processos são informados pelo momento social que vivemos do capitalismo neoliberal, de suas consequências subjetivas (Dardot; Laval, 2016; Rose, 2011) bem como a plataformização da sociedade e formação de uma esfera público técnico-midiatizada (Dijck; Poell; Wall, 2018; Miskolci, 2021).

Diante disso e considerando a extrema complexidade desses processos, entendemos que, de forma provisória, a agência criativa dessas mulheres negras fatura e tece um novo horizonte de expectativas que está em curso.

Referências

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 21-41, 2012.

ANJOS, Ana Carolina Costa dos. **Quando a pauta é representação, vale mais identidades ou empreendedorismo de si?** Uma análise de youtubers negro(a/e)s brasileiro(a/e)s. Orientador: Valter Roberto Silvério. 2021. 242f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

BRASIL. **Lei 14.723, de 13 de novembro de 2023**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Brasília, 2023.

BRASIL. **Lei 12.290, de 9 de junho de 2014**. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Brasília, 2014.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.** Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 jul. 2010.

BRASIL. **Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003.** Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 maio 2003b.

BRASIL. **Lei nº 10.639, 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003a.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento Feminista Negro.** Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

COSTA, Andrea Lopes. da. Ações Afirmativas e Transformações no campo intelectual: uma reflexão. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 43, p. 1-17, 2022.

COULDRY, Nicolas; HEPP, Andreas. **The mediated construction of reality.** Nova Jersey (EUA): John Wiley & Sons, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAY, Richard J. F. **Gramsci is dead: Anarchist Currents in the Newest Social Movements.** Londres: Pluto Press, 2005.

DIJCK, José van; THOMAS, Poell.; WALL, Martijn de. **The Platform Society: Public Values in a Connective World.** Oxford (Inglaterra): Oxford University Press, 2018.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. Limites, desafios e possibilidades para aplicação de estratégias anti-racistas e da Lei Federal n. 10.639/2003. *In*: FERREIRA, Aparecida de Jesus (org.) **PEAB – Projeto de Estudos Afro- Brasileiros.** Contexto, Pesquisas e Relatos de Experiências. Limites, desafios e possibilidades para aplicação de estratégias anti-racistas e da Lei Federal n. 10.639/2003. Cascavel: Unioeste, 2008. p. 47-60.

GILLESPIE, Tarleton. The politics of 'platforms'. **New Media & Society**, Chicago (EUA), v. 12, n. 3, p. 347-364, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Ativismos no Brasil: Movimentos sociais, coletivos e organizações sociais civis – Como impactam e por que importam?** São Paulo: Vozes, 2022.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e Protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade.** São Paulo: Cortez, 2017.

GOLDHABER, Michael H. The Attention Economy and The Net. **First Monday**, Chicago (EUA), v. 2, n. 4, p. 4-7, 1997.

GOMES, Nilma Lino. (org). **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/2003**. Brasília: MEC, UNESCO, 2012.

GOMES, Nilma Lino.; JESUS, Rodrigo Edmilson de. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. **Educar em Revista**, Curitiba n. 47, p. 19-33, jan./ mar., 2013.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. Depois da democracia racial. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 269-287, 2006.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A; RIOS, Flávia; SOTERO, Edilza. Coletivos Negros e Novas Identidades Raciais. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 309-327, 12 out. 2020.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Arthur Ituassu (org. e ver.), Tradução de Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio: Apicuri, 2016.

LIMA, Dulcilei da Conceição. **#Conectadas: o feminismo negro nas redes sociais**. Orientador: Claudio Luis de Camargo Penteado. 2020. 232 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Sociais) – Universidade Federal do ABC, São Bernardo, 2020.

MATHIAS, Adélia. Traduções transgressoras: A importância da tradução não oficial social de textos de autoria negra para o ambiente acadêmico. **Translatio: revista do Núcleo de Estudos de Tradução Olga Fedossejeva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul** (Dossiê Tradução e diásporas negras), Porto Alegre, n.13, p. 215-232, 2017.

McQUIRE, Scott. A casa estranhada. **Revista do Programa de Pós-graduação da Escola de Comunicação da UFRJ** (Dossiê: cidades midiáticas), Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 27-66, 2011.

MISKOLCI, Richard. **Batalhas morais: política identitária na esfera pública técnico-midiatizada**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021 [Cadernos da Diversidade].

PASSOS, Joana Célia. dos. Relações raciais, cultura acadêmica e tensionamentos após ações afirmativas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 31, p. 155-182, 2015.

PEREIRA, Aline; PEREIRA, Vantuil. Miradas sobre o poder: A nova agência política do movimento negro brasileiro (2004-2021). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, n. 88, p. 33-56, 2021.

RATTS, Alex. Corpos negros educados: notas acerca do movimento negro de base acadêmica. **NGUZU: Revista do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos**, Londrina, v. 1, p. 28-39, 2011.

ROSE, Nicolas. **Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade**. Coordenação da Tradução Arthur Arruda Leal Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2011.

SANTOS, Céres Marisa Silva dos. La apropiación de las TIC por mujeres brasileñas. *In*: FARRERA, Abrahan Mena; PABLOS, Esperanza Tuñón (coord.). **Género y TIC**. San Cristóbal de Las Casas, Chiapas, México, Ed. Ecosur, 2018.

SANTOS, Milton. Cidadanias Mutiladas. *In*: LERNER, Julio (ed.). **O Preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v .21, n.1, p. 109-130, 2006.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Agência Criativa Negra**: rejeições articuladas e reconfigurações do racismo. São Paulo: Intermeios, 2022.

STEELE, Catherine Knight. Signifying, Bitching and Blogging: Black Women and Resistance Discourse Online. *In*: NOBLE, Safiya Umoj; TYNES, Brendesha M. **The intersectional internet**: Race, class, and culture online. Nova Iorque (EUA): Peter Lang Publishing, 2016.

TRINDADE, Luana Ribeiro da. **Fortalecendo os Fios**: a emergência dos coletivos de estudantes negros e negras em universidades da região sudeste. Orientador: Valter Roberto Silvério. 2021. 201 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais. *In*: FERNANDES, Florestan. (coord.); COHN, Gabriel (org.). **Max Weber**. Sociologia. Tradução de Amélia Cohn e Gabriel Cohn. 6. ed. São Paulo: Ática, 1997. [Coleção Grandes Cientistas Sociais; 13].

WILLIAMS, Raymond. **Televisão**: tecnologia e forma cultural. Tradução de Marcio Serelle e Mário F. I. Viggiano. Prefácio Graeme Turner. Belo Horizonte/São Paulo: PUC Minas/Boitempo, 2016.